


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE BRODOWSKI**
**FORO DE BRODOWSKI**
**VARA ÚNICA**

 Av. Papa João XXIII, 1550, ., Jd. Champagnat - CEP 14340-000, Fone:  
 (16) 3664-2777, Brodowski-SP - E-mail: brodowski@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**DECISÃO**

Processo Físico nº:	<b>0000588-94.2015.8.26.0094</b>
Classe - Assunto	<b>Mandado de Segurança - Licitações</b>
Impetrante:	<b>ITAÍ ESTUDOS PROJETOS E PERFURAÇÕES LTDA</b>
Impetrado:	<b>ELVES SCARRETTA CARREIRA e outro</b>

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rogério Tiago Jorge**

Vistos.

Em que pese a plausibilidade da tese desenvolvida pela impetrante, notadamente no que se refere à incompatibilidade do edital com o escopo da Lei de Recuperação Judicial, que tem por objetivo viabilizar a superação da crise econômico-financeira por que passa a empresa, o fato é que não são raros os casos de obras licitadas que não são concluídas por conta de falência ou dissolução irregular das empresas contratadas, o que torna necessária a adoção de várias medidas preventivas por parte da administração pública ao contratar.

Dentre estas medidas estão as que são objeto da impugnação apresentada pela impetrante.

Das medidas questionadas, duas medidas devem ser consideradas abusivas.

A primeira refere-se à restrição à participação de empresas em recuperação judicial no certame e a segunda, que é um desdobramento da primeira, está relacionada à necessidade de apresentação de certidão negativa de distribuição de ação de recuperação judicial.

Estas exigências são abusivas, pois confrontam diretamente com a finalidade da Lei de Recuperação Judicial e, excluem, desde o início, empresas que podem comprovar ter condições de realizar a obra sem risco para a contratante.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE BRODOWSKI****FORO DE BRODOWSKI****VARA ÚNICA****Av. Papa João XXIII, 1550, ., Jd. Champagnat - CEP 14340-000, Fone:  
(16) 3664-2777, Brodowski-SP - E-mail: brodowski@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por outro lado, a comprovação da regularidade fiscal é uma exigência da Lei n. 8.666/93 que se aplica a todos os licitantes, não sendo justo conferir tratamento diferenciado à empresa em recuperação, pois estar-se-ia criando um privilégio em favor das empresas em recuperação em detrimento das demais, o que não se pode admitir.

**Dentro deste contexto, defiro em parte a medida liminar, exclusivamente para declarar que o fato de a impetrante estar em recuperação judicial não pode impedir a sua habilitação para participar do certame, ficando, por consequência, dispensada de apresentar certidão negativa de ação de recuperação judicial, com a observação de que deverá ser admitida como suficiente para habilitação a certidão positiva de concordata ou falência, caso o resultado positivo esteja relacionado apenas à existência da recuperação judicial.**

Oficie à autoridade coatora na primeira hora de amanhã (20/03/2015), dando ciência desta decisão.

Considerando que a medida liminar foi concedida apenas parcialmente, diga, a impetrante, se tem interesse no prosseguimento do feito.

Ciência ao Ministério Público.

Intime-se.

Brodowski, 19 de março de 2015.

Rogério Tiago Jorge

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**